



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS**

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

DIREITO DE RESPOSTA nº 0601935-66.2022.6.21.0000 – Classe 12625

REQUERENTE: FELIPE KUHN BRAUN

REQUERIDO: BRUNA SANTOS DE OLIVEIRA, WAGNER JOSÉ DA ROSA DE ANDRADE, REDE REAL DE COMUNICAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., RODRIGO SANTOS VIEIRA

RELATOR: DES. ELEITORAL ELAINE MARIA CANTO DA FONSECA

PARECER

Trata-se de *Recurso* interposto por FELIPE KUHN BRAUN contra sentença que, em representação com pedido de direito de resposta e remoção de conteúdo veiculado na rede mundial de computadores *internet* por ele formulada contra BRUNA SANTOS DE OLIVEIRA, WAGNER JOSÉ DA ROSA DE ANDRADE, REDE REAL DE COMUNICAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. e RODRIGO SANTOS, por apontada irregularidade em veiculação de propaganda eleitoral, **julgou improcedente a demanda.** (ID 45082794)

Para tanto, em síntese, argumenta “que a petição protocolada na Câmara Municipal de Novo Hamburgo é anônima e não apresenta indício, prova ou elemento concreto da prática de “rachadinha”; e nem poderia, já que não existe o crime noticiado. O objeto imediato da petição é único: produzir factóide que,



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS

no primeiro momento, é divulgado como notícia e, afinal, embasa a produção de conteúdo (vídeo) que é divulgado em grupos de WhatsApp. Esse modus operandi é similar ao do grupo organizado para a disseminação de desinformação investigado no Inquérito n.º 4.781 do Supremo Tribunal Federal, que se utiliza de diversos núcleos, dentre os quais um de geração de conteúdos de desinformação e outro de disseminação de conteúdo e monetização por meio de acessos. O objetivo mediato do concerto é, evidentemente, caluniar o recorrente, macular sua honra e diminuir sua competitividade eleitoral. Embora a “notícia” não contenha desinformação em seu aspecto positivo, contém em seu aspecto negativo enquanto omite elementos essenciais para a contextualização do fato informado: a inexistência de indício, prova ou elemento concreto da existência de crime e o anonimato da notitia criminis. Nesse contexto, contém a divulgação de fato gravemente descontextualizado, atingindo a integridade do processo eleitoral, nos termos do art. 9º-A da Resolução n.º 23.610, de 18 de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral.” Com isso, requer a reforma do julgado.” (ID 45089100)

É apanhado processual. Passa-se à manifestação.

Não assiste razão ao Recorrente. Vejamos.

Com efeito, as razões de insurgência buscam – até por lógico – reiterar os argumentos já elencados na inicial do pedido de direito de resposta, não havendo motivos substanciais, todavia, para que seja alterado o conteúdo da decisão recorrida.

Temos, então, conforme estabelece o artigo 58 da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), “a partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.”



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS

Assim, *direito de resposta* “tem toda pessoa acusada ou ofendida em publicação feita em jornal ou periódico (...) veicularem fato inverídico ou errôneo, de dar a devida resposta ou retificar a informação”, bem como que, cada “caso deverá ser analisado em concreto.”¹

Por outro lado, a mensagem, para ser qualificada como sabidamente inverídica, deve conter inverdade flagrante que não apresente controvérsias, ou seja, é necessário que a inverdade seja manifesta e não admita, sequer, o debate político.

Isso assentado, observamos que o próprio Recorrente aponta que efetivamente houve o protocolo do documento imputado como de conteúdo inverídico; e que, além disso, não contém ele indicação de quem o lavrou, bem como não fora instruído com qualquer documento de instrução.

De outro lado, como bem lembrado *ab initio* pela eminente Magistrada que a este feito preside, “o próprio veículo de comunicação se coloca à disposição, para a publicação da resposta e dos esclarecimentos que o candidato entenda necessários.” (ID 45073483)

Por conseguinte, conclui-se que não houve rompimento da margem própria dos acalorados “debates eleitorais” a justificar a sanção de direito de resposta. Em outros termos, não há o que responder, porquanto a veiculação de algo – mesmo que eivado de falsidade – que efetivamente ocorreu – protocolo de documento apócrifo junto à Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo – não extrapolou a elástica normalidade dos embates típicos desse período que antecede ao pleito.

Estes são também os contornos que nos trazem a doutrina:

¹ CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral*. 9ª ed. Curitiba: Ed. Juruá, 2008. p. 269.



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS

Dada a natureza de suas atividades, o código moral seguido pelo político certamente não se identifica com o da pessoa comum em sua faina diuturna. Tanto é que os direitos à privacidade, ao segredo e à intimidade sofrem acentuada redução em sua tela protetiva. Afirmções e apreciações desairosas, que, na vida privada, poderiam ofender a honra objetiva e subjetiva de pessoas, chegando até mesmo a caracterizar crime, perdem esse matiz quando empregadas no debate político-eleitoral. Assim, não são de estranhar assertivas apimentadas, críticas contundentes, denúncias constrangedoras, cobranças e questionamentos agudos. Tudo isso insere-se na dialética democrática.²

Ao cabo, não é demais reiterar destaque a decisão do excelso Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 4.451/DF - Rel. Min. Alexandre de Moraes, sessão de 21.06.2018 –, em que se assentou a ampla liberdade de crítica política, inclusive por meio de recursos humorísticos e da expressão de opiniões incisivas em desfavor de candidatos.

Assim, não deve prosperar a irresignação.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovimento** do recurso.

Porto Alegre, 13 de setembro de 2022.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

² GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 507.
✕